

ENTRE O ESTUDO E O TRABALHO: PADRÕES E TENDÊNCIAS DA ALOCAÇÃO DE TEMPO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL DE 1988 A 2005

Murillo Marschner Alves de Brito¹

RESUMO

A alocação de tempo de crianças e adolescentes é motivo de ampla discussão na literatura acadêmica internacional, especialmente no que diz respeito à alocação de tempo em atividades produtivas. Este trabalho tem por objetivo contribuir no debate sobre os fatores historicamente associados ao trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, trazendo à discussão linhas interpretativas de origens distintas – a economia domiciliar, a teoria dos cursos de vida, e a sociologia econômica – através do teste de hipóteses específicas derivadas. Do ponto de vista empírico, foram utilizadas todas as bases de microdados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – disponíveis entre 1988 e 2005, recortadas para a faixa etária entre 10 e 15 anos de idade. Destas bases de dados foram extraídas estatísticas descritivas, visando caracterizar diferenças e semelhanças entre o perfil dos jovens de acordo com as categorias de alocação de tempo – apenas trabalho, conjugação entre trabalho e estudo, apenas estudo e nenhuma das duas atividades – e estatísticas inferenciais, com a aplicação de um modelo de regressão logit multinomial, objetivando medir o nível de associação das crianças e adolescentes às categorias de alocação de tempo de acordo com variáveis específicas assumidas como *proxy* para o teste das hipóteses de trabalho. Os principais resultados demonstram a concentração crescente e, ao fim do período, quase exclusiva, do trabalho nesta faixa etária dentro da categoria estudo e trabalho; a alta associação do trabalho das crianças e adolescentes com o histórico familiar de trabalho na juventude; a crescente associação entre a existência de pais ocupados – especialmente a mãe – e a alocação de tempo dos jovens em trabalho; e a grande diferença no que tange à dinâmica de fatores historicamente associados à alocação de tempo na conjugação entre estudo e trabalho e apenas em trabalho. Entre as principais conclusões temos que este trabalho evidencia um fenômeno social que passou por profundas transformações no período analisado, o que implica na mudança constante na dinâmica dos fatores associados; além de demonstrar como o trabalho para esta faixa etária associa-se a uma gama de fatores muito diversa, entre eles especialmente a composição familiar, o histórico e a situação atual da família com relação ao mercado de trabalho e ao sistema educacional.

Palavras chave: Alocação de Tempo – Crianças e Adolescentes; Trabalho;. Reprodução Social;. Cursos de Vida;. Ação Econômica.

ABSTRACT

Time allocation of children and adolescents is widely discussed in international academic literature, especially time allocation in work activities. This specific work intends to

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, mestre em sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Entre seus principais interesses de pesquisa estão sociologia econômica, estratificação e desigualdades sociais e políticas públicas.

contribute in the debate about factors historically associated with children and adolescents work in Brazil, bringing arguments linked to different analytical perspectives – household economics, life course theory and economic sociology – by testing a series of derivative hypothesis. Empirically, the data used were the PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – the Brazilian annual national household survey, conducted by IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – available between 1988-2005, selecting the children aged 10-15 years. With a series of descriptive statistics, we explored the extensive dataset with a closer look to differences and similarities between the four possible time-allocation categories – just work, school and work, just school, and neither one of the two – and with a multinomial logit regression modeling proposal we tried to measure the level of association of children and adolescents to time-allocation categories according to specific variables assumed as proxy for testing the intended hypothesis. The main results shows ascendant concentration - at the end of the period, an almost exclusive one - of individuals that worked at this age group in the category school and work; high association of children's time allocation in work activities and a family history of early work; the crescent association between occupied mothers and fathers – especially the mother – and work activities; the great difference in the dynamics of historically associated factors to time allocation in the conjugation of school and work and just in work activities. This work registers a social phenomenon that had clearly and profoundly changed, in terms of associated factors, over the analyzed period; besides, shows how diverse are the scenario of associated factors to children and adolescents allocation of time in work activities in Brazil

Keywords: Allocation of Time - Children and Adolescents; Work ; Social Reproduction; Courses Life; Economic Action.

1. INTRODUÇÃO

Fruto de uma complexa combinação de fatores, o exercício de atividades laboriosas por crianças e adolescentes é um traço marcante da sociedade brasileira. A situação de baixo desenvolvimento sócio-econômico que caracteriza a vivência de ampla parcela da população brasileira exige que o núcleo familiar recorra às mais diversas estratégias de sobrevivência para garantir sua existência em um contexto social marcado pela desigualdade. Dentre estas estratégias pretende-se, no âmbito deste esforço de pesquisa, lançar luz sobre a questão do trabalho de crianças e adolescentes.

Qualquer análise ou interpretação que se pretenda sobre o fenômeno deve tomar como pressupostos definições conceituais sobre o que deve ser considerado como trabalho infantil ou trabalho de crianças e adolescentes. A convenção nº 138 da ILO define 15 anos como a idade mínima para que um indivíduo possa exercer atividades econômicas, sendo que indivíduos abaixo desta idade que sejam economicamente ativos são considerados crianças e jovens trabalhadores. A convenção n. 182, acordada em 1999, define como trabalhadores infantis: a) todas as crianças entre 5 e 11 anos de idade que são economicamente ativas; b) crianças entre 12 e 14 anos que trabalham em alguma atividade econômica por 14 horas ou

mais na semana e c) crianças entre 12 e 17 anos que exerçam ocupações tidas como “piores formas de trabalho infantil”. Este grupo de atividades é, por sua vez, constituído por: 1) escravidão ou trabalho em condições de escravidão; 2) prostituição ou pornografia; 3) atividades ilícitas como produção e tráfico de drogas e; 4) atividades econômicas que possam comprometer a saúde, a segurança ou a moral da criança. A Constituição Federal de 1988 refere-se ao trabalho infantil como “aquele exercido por qualquer pessoa com idade abaixo de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos de idade”. Tal concepção, na prática, contribui para os usos mais diversos de mão de obra dos mais jovens, uma vez que a noção de trabalho com fins educacionais permite as mais variadas interpretações. A falta de clareza da legislação aliada à precária capacidade de fiscalização do Estado brasileiro e à situação de vulnerabilidade social vivenciada por muitas famílias brasileiras contribuem para o agravamento da situação destas crianças e jovens que, em sua maioria, exercem ocupações precárias. Neste sentido considera-se relevante investigar que fatores estão associados à ocorrência do fenômeno, sendo este o principal propósito do trabalho aqui apresentado.

2. Economia Domiciliar, Distribuição Estratégica de Recursos e Alocação de Tempo

Grande parte dos trabalhos que analisam o papel de determinantes econômicos e sócio-demográficos do trabalho de crianças e adolescentes baseia-se na herança teórica de Becker (1964), em um modelo que entende a unidade domiciliar enquanto uma *unidade decisória racional* da alocação de tempo de seus membros. A decisão sobre a alocação de tempo é orientada pela maximização do bem-estar familiar, traduzida no aumento dos níveis de consumo. O investimento educacional é entendido como um investimento de longo prazo e seu efeito sobre a decisão familiar é indireto na medida em que é levado em consideração enquanto ganho *potencial*, e não corrente, nos níveis de consumo e rendimento. Assim temos que a decisão sobre alocação de tempo dos membros da família é produto de uma ação *estratégica* da família face aos constrangimentos de recursos do ambiente econômico. Desde sua emergência no cenário internacional de pesquisa sobre o tema, os modelos de decisão familiar vêm se refinando do ponto de vista teórico e sendo aplicados em diversos estudos empíricos que analisam não apenas investimentos em capital humano, mas também os determinantes do trabalho de crianças e adolescentes, que aqui nos interessam diretamente. O argumento é o de que o trabalho de crianças e adolescentes faz parte do *rol*

das estratégias de uma economia domiciliar, sendo que os custos² desta prática entram no cálculo *racional* dos cursos de ação econômica possíveis dentro de uma estratégia mais ampla de sobrevivência familiar.

Basu (1999) é um dos autores que aproxima a teoria da economia domiciliar de Becker à análise do fenômeno do trabalho de crianças e adolescentes, analisando o processo decisório intra-domiciliar com foco específico nas decisões sobre a entrada dos membros na força de trabalho. Segundo ele, tais modelos podem ser categorizados com base em uma tipologia dicotômica principal: 1) modelos que consideram que os processos de barganha se dão dentro da unidade domiciliar, entre seus membros e 2) modelos de barganha que consideram que os atores envolvidos no processo são, por um lado, os pais, e, por outro, o empregador. Com isso, o crescimento total de determinada economia não pode ser considerado o mais importante, muito menos o único fator capaz de mitigar o fenômeno. A decisão sobre alocação do tempo dependeria do montante de recursos disponível à família – o nível de renda familiar e as restrições de crédito às famílias pobres seriam destacados assim como os principais determinantes da decisão sobre alocação do tempo (Basu e Van, 1998; Ranjan, 1999). Transformações tecnológicas nos processos produtivos, melhorias nas condições de trabalho dos adultos e a disponibilidade de um sistema educacional de qualidade também podem ser responsáveis por retirar boa parte das crianças e adolescentes do mercado de trabalho.

O modelo proposto por Barros, Mendonça e Velazco (1994) filia-se a esta linha de análise sobre o trabalho de crianças e jovens, orientando seu trabalho pela questão: seria a pobreza o principal determinante da alocação do tempo das crianças e adolescentes em atividades produtivas, em contraposição à educação e ao lazer? Neste modelo, a decisão sobre a alocação de tempo é tomada em dois passos: 1) os pais decidem quanto recurso pretendem transferir a cada criança e; 2) os pais decidem como as crianças devem dividir seu tempo entre lazer, educação e trabalho. Ao decidirem sobre a alocação do tempo da criança, os pais visam a maximização do bem-estar dela; o bem-estar da criança, por sua vez, é função de: a) nível de consumo corrente, b) tempo dedicado ao lazer e c) rendimento futuro. A educação é considerada de efeito indireto na função de bem-estar. A hipótese testada deriva da suposição de uma relação inversa entre renda per capita e trabalho de crianças e adolescentes – quanto maior a renda per capita familiar, menor a quantidade de tempo

² Principalmente os custos educacionais, como transporte, material escolar, uniforme, etc. face ao retorno potencial destes investimentos em capital humano (cenários sociais distintos implicam retornos distintos aos investimentos em capital humano); e os custos de oportunidade do trabalho de crianças e adolescentes. O cálculo hipotético proposto pelo modelo relaciona os custos de oportunidade do trabalho dos jovens com relação ao retorno educacional potencial dos investimentos em capital humano.

dedicada ao trabalho. O efeito específico da pobreza sobre a participação de crianças e adolescentes na força de trabalho é entendido em duas dimensões: como função de: a) o nível de pobreza da família e; b) o nível agregado de pobreza social. Reduções no nível de pobreza podem assim afetar de duas formas os níveis de participação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho: em primeiro lugar, a redução da pobreza implica em redução dos custos privados de educação ao mesmo tempo em que um aumento generalizado dos rendimentos e diminuição do diferencial entre estes. No nível micro, a redução da pobreza implica em um aumento na renda per capita do domicílio. Corseuil, Santos e Foguel (2001), apresentam argumentos que também derivam em geral do arcabouço genérico sobre a economia domiciliar na tomada de decisão familiar sobre a alocação de tempo, sob uma ótica racional. “(...) a decisão a ser tomada para os membros mais jovens da família depende, em última instância, das preferências e dotações de recursos de todos os membros da família, bem como dos preços relativos”. Incorporam também elementos referentes ao alcance educacional dos pais. Em alguns estudos o tamanho e a composição do domicílio são utilizados para explicar a repartição de recursos entre os membros (Grootaert e Kanbur, 1995; Patrinos e Psacharopoulos; 1995).

2.2. Ação Econômica socialmente localizada

A análise economicista sobre a decisão de alocação de tempo de crianças e adolescentes não esgota, no entanto, suas possíveis dimensões explicativas. Explorar alguns pressupostos e questões derivadas dos campos da sociologia econômica e dos estudos de estratificação social pode trazer contribuições decisivas para a compreensão do fenômeno, em especial com relação a dois pontos: 1) a relativização da racionalidade que orienta a ação econômica³, e 2) as limitações e oportunidades inerentes à posição da família dentro do sistema mais geral de estratificação⁴. Tratam-se de dimensões que definem a natureza e os limites do exercício do cálculo de maximização de bem-estar no momento da decisão sobre alocação de tempo. Se se entende a colocação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho enquanto uma ação com finalidade econômica (tendo como objetivo aumentar a renda da família) com relação ao mercado de trabalho torna-se relevante indagar porque, mesmo controlando pela renda, existem famílias com maiores e menores possibilidades de lançar mão desta estratégia.

³ A este respeito, ver: GRANOVETTER, M; SWEDBERG, R. *The Sociology of Economic Life*. Oxford. Westview Press. 1992; SMELSER, N; SWEDBERG, R. (orgs.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton University Press. New Jersey. 1994.

⁴ A este respeito ver: BLAU, P.; DUNCAN, O. *The American Occupational Structure*. 1 ed. New York. Wiley. 1967; HALLER, A.; PORTES, A. *Status Attainment Process*. In: *Sociology of Education*. Vol. 46. 1969. Para o caso brasileiro, ver: PASTORE, J.; *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*. Edusp. São Paulo. 1979.; VALLE SILVA, N. *Mobilidade Social no Brasil*. Makron Books. São Paulo. 2000.

Com relação ao primeiro ponto, alguns autores, ao analisarem a frequência escolar e o trabalho de crianças e adolescentes, encontram evidências de que pode ser entendido como um sistema familiar de atribuição de papéis – a alguns membros é reservado o papel de estudante, a outros o papel de trabalhador, variando de acordo com o cenário familiar do entrecruzamento dos diversos ciclos de vida de quem compõe a família (Jensen e Nielsen, 1997; Patrinos e Psacharopoulos, 1997; Chernichovsky, 1985). As expectativas e aspirações com relação aos papéis a serem exercidos por cada um dos membros da família, que se constroem ao longo da interação entre a unidade familiar e o ambiente externo, tornam mais complexo o cenário de distribuição de recursos que antecede a decisão familiar de alocação de tempo: expectativas e aspirações diferenciadas implicariam investimentos diferenciados, e não homogêneos, dos recursos disponíveis – com conseqüências diretas nos padrões de alocação de tempo de crianças e adolescentes.

Na produção brasileira sobre o tema, alguns autores se debruçaram sobre esta questão. Pastore, Zylberstajn e Pagotto (1985), demonstraram como, na cultura brasileira, e principalmente no meio rural, considera-se o trabalho de crianças e adolescentes mostram como filhos de pais que entraram precocemente no mercado de trabalho como um padrão de normalidade e adequação Cardoso e Souza (2004) demonstram como filhos de pais que entraram precocemente no mercado de trabalho tem mais chances de também fazerem esta entrada precoce e sugerem que o trabalho de crianças e adolescentes pode estar relacionado à internalização de normas sociais (por parte dos pais que trabalharam quando crianças) que atribuem menor valor ao retorno educacional face ao retorno advindo do trabalho. Marques (2000) reafirma, com base em relatos de famílias de crianças e adolescentes trabalhadores, este caráter multidimensional de significados atribuídos pelas famílias à atividade de crianças e adolescentes: *“As justificativas mais proeminentes sobre o uso do trabalho infantil foram as citações em relação ao seu valor multidimensional para as famílias: moral, sentido para a vida, sobrevivência do grupo, aprendizagem e alternativa transgeracional”*. Estes significados atribuídos pelos sujeitos articulam-se à uma valorização positiva do trabalho que perdura na família há pelo menos três gerações, com os mais antigos também sendo crianças ou adolescentes trabalhadores em sua juventude.

Com relação ao segundo ponto, a relação entre a reprodução do sistema de estratificação e o trabalho de crianças e adolescentes, alguns trabalhos são proeminentes no estudo do caso brasileiro, investigando a relação entre eventos ocorridos na juventude e a determinação do alcance sócio-ocupacional do indivíduo na vida adulta. Pastore e Valle-Silva (2000), chama atenção para a importância da idade de entrada no mercado de trabalho em termos de impacto na determinação do alcance sócio-ocupacional do indivíduo. Segundo ele, quanto mais precocemente se dá esta entrada, mais limitado fica o alcance

sócio-ocupacional individual e maior a probabilidade de que o indivíduo exerça ocupações de baixo status na vida adulta. Portanto podemos compreender que, em larga medida, a entrada no mercado de trabalho na infância e na adolescência é influenciada pelo perfil da estratificação social no país, limitando as oportunidades de mobilidade ascendente de crianças e adolescentes trabalhadores. Emerson e Souza (2003) abordam a problemática sob perspectiva semelhante e se questionam: o status de trabalho dos pais enquanto crianças e adolescentes afeta a probabilidade de trabalho de seus filhos? As evidências apresentadas apontam fortemente a persistência da transmissão intergeracional da prática, que se mantém mesmo quando a renda é controlada. Além disso, crianças e adolescentes que não trabalharam tem maiores salários na vida adulta, sugerindo que o potencial capital humano ganho enquanto aprendiz é sobrepujado pelo capital humano adquirido via escolarização. A relação entre a entrada precoce no mercado de trabalho e baixo alcance educacional, reafirmando ciclos de pobreza, parece bastante estabelecida na literatura sobre o trabalho de jovens e crianças (Cardoso e Souza, 2003; Kassouf, 2001, 2002).

Se por um lado, assume-se que existem variações nos padrões de racionalidade utilizados pelas famílias em seus cálculos de alocação de tempo, e que tal variabilidade impacta na probabilidade de alocação de tempo de crianças e adolescentes em trabalho – para além da determinação econômica colocada pelo modelo da economia domiciliar – por outro lado, trata-se de localizar o escopo possível da ação familiar dentro de um sistema mais amplo de estratificação, no qual as oportunidades e as coerções estruturam o espaço de ação da unidade domiciliar. A posição da unidade dentro do sistema de estratificação mais geral, suscetível à sua dinâmica específica, é estruturante dos termos da decisão familiar, ou seja, das escolhas possíveis que se apresentam às famílias. Contribuições teóricas advindas dos campos da sociologia econômica e dos estudos sobre estratificação nos parecem bastante adequados para a interpretação do fenômeno e o objetivo é trazê-los para o debate, demonstrando, principalmente, que a ação econômica é socialmente estruturada e que esta estruturação de ordem social é especialmente relevante para a análise da entrada de crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

3. Metodologia

O trabalho tem como objetivo identificar padrões e tendências dos determinantes da alocação de tempo de crianças e adolescentes no Brasil, entre atividades produtivas e investimentos em educação, de acordo com quatro categorias – conjugação entre estudo e trabalho; apenas estudo; apenas trabalho e nem estudo nem trabalho – entre os anos de 1988 e 2005.

A escolha do período de análise (1988 – 2005) se deu por dois motivos principais: em primeiro lugar, buscou-se recortar transversalmente pontos específicos ao longo do processo de reestruturação produtiva partindo do processo de liberalização econômica a partir de 1988, por considerar-se que as transformações no mercado de trabalho decorrentes deste processo são de especial importância para a análise do trabalho de crianças e adolescentes. Assumimos 2005 como ponto final da análise por considerar que aqui temos já razoavelmente consolidadas as principais transformações do sistema produtivo e do mercado de trabalho face ao processo de reestruturação. Em segundo lugar, a década de 1990 é marcante no Brasil para o desenvolvimento do arcabouço institucional de proteção à infância e à juventude, principalmente devido à formulação e implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que permitiu a criação dos Conselhos Tutelares, Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Programas Sociais como o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) entre outros mecanismos; sendo também um período no qual observa-se a ampliação da cobertura do sistema educacional no nível fundamental atingindo-se praticamente a universalidade no acesso em fins da década e início do século XXI.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – contém dados suficientes para a operacionalização da investigação proposta. Foi selecionada a sub-amostra de indivíduos entre 10 e 15 anos atribuindo-lhes as características do domicílio e dos pais, em todas as bases. Foram estimados modelos de regressão logit multinomial para as amostras ano a ano. A variável dependente dos modelos é a alocação de tempo da criança/adolescente em uma das 4 categorias: estudo e trabalho, apenas trabalho, apenas estudo e nem estudo nem trabalho, dedicando especial atenção às duas primeiras. A escolha pelo modelo de regressão logit multinomial se deu por tratar-se do tipo de modelo mais adequado à análise de variáveis dependentes categóricas com mais de uma categoria, entre as quais não existe uma ordenação *a priori* (Seber, Wild, 2003; Everitt, Skrondal, 2010). No caso da utilização de modelos logit multinomiais, também aplica-se como fator orientador da decisão o pressuposto, assumido por outros estudos sobre alocação de tempo de crianças e jovens (Cigno, Rosati, Tzannatos, 2000; Magalhães, 2005), de que a decisão familiar de alocação de tempo entre estudo e/ou trabalho é simultânea, o que implica interdependência da relação entre a decisão de trabalhar e/ou estudar. O quadro abaixo descreve as variáveis que utilizadas na estimação do modelo utilizado:

Quadro 1 - Descrição das variáveis utilizadas na estimação do modelo Logit multinomial

Variável	Descrição
Variável Dependente	
alocação do tempo	estudo e trabalho
	apenas estudo* (categoria de referência para a análise)
	apenas trabalho
	nem trabalho nem estudo
Variáveis Independentes	
localização geográfica do domicílio	variável dummy, assume valor 1 para localização rural e 0 para localização urbana
sexo	variável dummy, assume valor 1 para sexo masculino e 0 para sexo feminino
raça	variável dummy, assume valor 1 para negro ou pardo e 0 para branco, indígena ou amarelo
idade	idade da criança/adolescente
total de moradores do domicílio	número de moradores do domicílio
Rendimento domiciliar	Logaritmo natural da renda domiciliar per capita domiciliar
idade com que o pai entrou no mercado de trabalho	idade com que o pai entrou no mercado de trabalho
idade com que a mãe entrou no mercado de trabalho	idade com que a mãe entrou no mercado de trabalho
escolaridade do pai	anos de estudo do pai
pai ocupado	variável dummy, assume valor 1 caso o pai estivesse exercendo ocupação remunerada na semana de referência, e valor 0 caso contrário
mãe ocupada	variável dummy, assume valor 1 caso a mãe estivesse exercendo ocupação remunerada na semana de referência, e valor 0 caso contrário
existência de vínculo formal de trabalho dos pais	variável dummy, assume valor 1 caso o pai ou a mãe tenham vínculo formal de trabalho medido pelo registro em carteira de trabalho, valor 0 caso contrário
atraso escolar	variável dummy, assume valor 1 caso a criança esteja em uma série que não condiz com a sua idade e valor 0 caso contrário
domicílio chefiado por mulher	variável dummy, assume valor 1 caso o domicílio seja chefiado por mulher e valor 0 caso seja chefiado por um homem
total de moradores entre 0 e 6 anos	nº de indivíduos entre 0 e 6 anos no domicílio
total de moradores entre 15 e 24 anos	nº de indivíduos entre 15 e 24 anos no domicílio

4. Resultados

O objeto de estudo selecionado (ou variável dependente) é a alocação do tempo de crianças e jovens entre 10 e 15 anos. O primeiro passo na exploração do fenômeno é o dimensionamento de sua ocorrência na população. A tabela abaixo demonstra a distribuição das categorias de alocação de tempo de 1988 a 2005:

Tabela 1 - Distribuição das Crianças e Adolescentes Entre 10 e 15 anos por categorias de alocação de Tempo - 1988-2005

ano	alocação de tempo								Total N
	não trabalha nem estuda		apenas trabalha		apenas estuda		trabalha e estuda		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1988	1520750	8,6	1914605	10,8	12345959	69,4	1998173	11,2	17779487
1989	1475650	8,3	1930847	10,8	12371978	69,4	2037040	11,4	17815515
1990	1487350	8,2	1791153	9,9	12663372	70,2	2102251	11,7	18044126
1992	1516117	8,1	1434322	7,7	13134700	70,3	2604783	13,9	18689922
1993	1332515	6,9	1247708	6,5	13936471	72,2	2776671	14,4	19293365
1995	1211446	6,2	1043281	5,4	14289208	73,6	2858342	14,7	19402277
1996	1232980	6,4	772446	4,0	14906522	77,3	2363155	12,3	19275103
1997	900910	4,8	611563	3,2	14876528	78,6	2538563	13,4	18927564
1998	766874	4,1	460472	2,4	15080350	80,2	2501544	13,3	18809240
1999	629269	3,4	377395	2,0	15187100	81,0	2555916	13,6	18749680
2001	547574	3,0	257345	1,4	15518324	84,2	2097477	11,4	18420720
2002	470247	2,5	221375	1,2	15645556	84,8	2120439	11,5	18457617
2003	443022	2,4	182680	1,0	15667929	85,9	1950336	10,7	18243967
2004	521123	2,8	216567	1,2	16097557	85,9	1902756	10,2	18738003
2005	435779	2,3	218092	1,2	16192835	86,0	1972620	10,5	18819326

Fonte: FIBGE, PNAD.

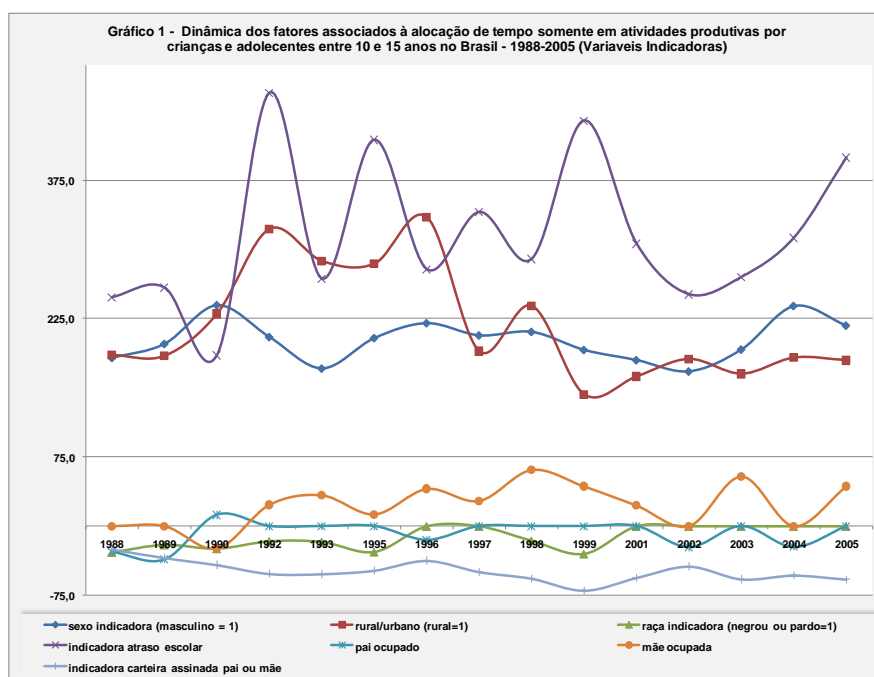
O cenário da distribuição da amostra selecionada entre 1988 e 2005 aponta algumas tendências. As categorias não trabalha nem estuda e apenas trabalha apresentam uma clara tendência decrescente no período, especialmente a categoria apenas trabalha, caindo de 10,8 para 1,2% da amostra. A categoria apenas estuda apresenta tendência contrária – é claro o avanço na proporção de indivíduos entre 10 e 15 anos que apenas estuda. Em praticamente todos os anos há crescimento com relação ao ano anterior, chegando a mais de 16% o crescimento acumulado da concentração de indivíduos nessa categoria ao longo do período. A categoria trabalha e estuda é a única que não apresenta apenas uma tendência: aumenta sua representatividade no período 1988/1999 (com ápice em 1995/1996) e a partir de 2001 apresenta tendência decrescente, atingindo patamares inferiores ao observados no início do período total recortado para a análise. O cenário geral, portanto, aponta para um claro crescimento da parcela de indivíduos cujo tempo é alocado em atividades escolares, conjugadas ou não a atividades produtivas. Tomadas em conjunto agregavam 80% dos indivíduos em 1988, e em 2005, mais de 95% do total de crianças e jovens entre 10 e 15 anos. Estes dados fornecem pistas sobre a forma como o processo de ampliação da cobertura do sistema educacional, ocorrido na década de 90, impactou sobre a alocação de tempo dos jovens na faixa 10-15 anos entre estudo e trabalho: se no início do período analisado tem-se proporções muito próximas de indivíduos nas categorias não trabalha nem estuda, apenas trabalha e estuda e trabalha (em 1988 - 8,6, 10,8 e 11,2%, respectivamente), ao fim do período observa-se uma enorme diminuição na proporção de indivíduos nas categorias não estuda nem trabalha e apenas trabalha. A alocação do tempo em atividades produtivas concentra-se em sua quase totalidade nos indivíduos que conjugam estudo e trabalho. O cenário que os dados ensejam é o de uma mudança no perfil do trabalho para esta faixa etária – em 2005, praticamente inexistem os que apenas trabalham e a grande maioria, é de trabalhadores estudantes. Para além da expansão do sistema educacional, que outros fatores podem estar associados a esta mudança no perfil de alocação de tempo das crianças e adolescentes brasileiros no período analisado?

A análise com base em estatísticas multivariadas tem como objetivo investigar quais fatores estão associados à alocação de tempo em atividades produtivas, e em que sentido a variação destes fatores impacta sobre o trabalho na faixa etária analisada. Como os dados representam um período de quase 20 anos, pretende-se apresentar quais as principais tendências quanto aos fatores associados ao trabalho (conjugado ou não ao estudo) na população considerada, em período no qual, como viu-se, as estatísticas descritivas apontam algumas mudanças significativas no perfil do fenômeno. Colocada em linhas gerais, a pergunta que orienta a estimação do modelo utilizado: “Qual é a dinâmica dos fatores associados a alocação de tempo nas categorias “estudo e trabalho” e “apenas

trabalho” por crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos no Brasil, no período entre 1988 e 2005?”.

A exposição dos dados procurou ser o mais simples possível, e está organizada da seguinte forma: a categoria utilizada como referência foi apenas estuda, portanto, as probabilidades de pertencimento às categorias apenas trabalha e trabalha e estuda devem ser lidas sempre em relação ao pertencimento à categoria apenas estuda; em primeiro lugar são apresentados os resultados para a categoria apenas trabalha, e depois, para a categoria trabalha e estuda. Estes estão divididos em dois grupos: os resultados para as variáveis contínuas (numéricas) e os resultados para variáveis indicadoras (categóricas), cada um expresso em um gráfico. Desta forma, temos dois gráficos para cada uma das duas categorias de alocação de tempo que nos interessam – apenas trabalho e trabalho e estudo – que, por sua vez, expressam o efeito calculado de cada uma das variáveis dependentes sobre as chances de pertencimento às categorias de alocação de tempo destacadas, para o período 1988-2005.

O gráfico 1 apresenta o efeito das variáveis indicadoras utilizadas na estimação do modelo sobre as probabilidades de pertencimento à categoria apenas trabalha, para os anos analisados:



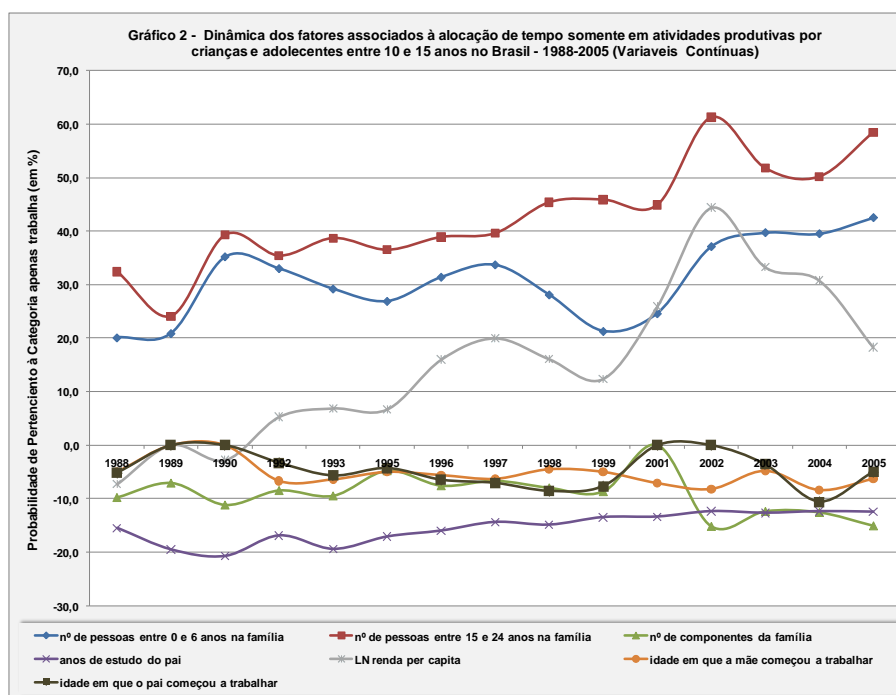
Fonte: FIBGE, PNAD. 1988-2005.

O atraso escolar apresenta-se como importante variável associada à alocação de tempo exclusivamente em atividades produtivas. A localização geográfica do domicílio também

está significativamente associada ao pertencimento à categoria apenas trabalha – apesar de apresentar tendência decrescente no período. O exercício de atividades no setor agrícola para a faixa etária analisada é amplamente documentado (Fares e Raju, 2007; Corseuil, Santos e Fogel, 2001) em nível internacional e os resultados deste estudo vem corroborar a forte associação entre alocação de tempo em apenas trabalho e a localização geográfica do domicílio. O sexo também aparece com destaque entre as variáveis associadas a alocação de tempo exclusiva em trabalho por todo o período analisado, sendo que os meninos tem mais chances de apenas trabalhar do que as meninas. Estas três variáveis – atraso escolar, localização do domicílio e sexo – compõe o conjunto de variáveis de maior efeito positivo observado no período, com associação significativa e muito alta em todos os anos analisados. Em outro pólo, tem-se que a existência de carteira de trabalho assinada do pai ou da mãe é a principal variável associada à diminuição das probabilidades de pertencimento à categoria apenas trabalha em relação à categoria apenas estuda. Este resultado indica que a situação do vínculo de trabalho dos pais tem influência significativa sobre a alocação de tempo dos filhos em atividades produtivas. Tendo em vista o aumento do mercado informal brasileiro ao longo da década de 90, que reflete-se no aumento da fragilidade dos vínculos de trabalho dos pais, o efeito negativo do vínculo formal de trabalho dos pais aumenta ao longo do período, constituindo-se, ao fim, na principal variável negativamente associada à categoria apenas trabalho.

As demais variáveis apresentam comportamento menos homogêneo ao longo do período: o pai ocupado na semana de referência é uma variável que não apresenta significância estatística para todos os anos analisados. Em praticamente todos os anos em que isso acontece, o efeito desta variável é negativo – ou seja, filhos de pais ocupados na semana de referência têm menos chances de alocar seu tempo exclusivamente em trabalho. A mãe ocupada na semana de referência aparece mais fortemente associada à alocação e tempo apenas em trabalho, com efeito significativo e positivo para quase todos os anos analisados. Tomando-se em conjunto o efeito das três variáveis – pai ocupado, mãe ocupada e vínculo formal de trabalho dos pais – pode-se afirmar que a situação dos membros da família no mercado de trabalho impacta sobre a alocação e tempo das crianças e adolescentes. A precarização nos vínculos de trabalho e o crescimento do setor informal do mercado de trabalho brasileiro impactam na alocação de tempo principalmente aumentando as chances de trabalho (excluindo o estudo) de crianças e adolescentes em famílias com mães ocupadas e diminuindo em famílias com pais que tenham vínculo formal de trabalho. A variável que indica raça (negro ou pardo) apresenta comportamento semelhante ao observado para a ocupação do pai – não apresenta significância estatística para todos os anos e efeito negativo nos anos em que está significativamente associada a esta categoria.

O gráfico 2 mostra as probabilidades de pertencimento à categoria apenas trabalha de acordo com o efeito das variáveis contínuas utilizadas na estimação do modelo:



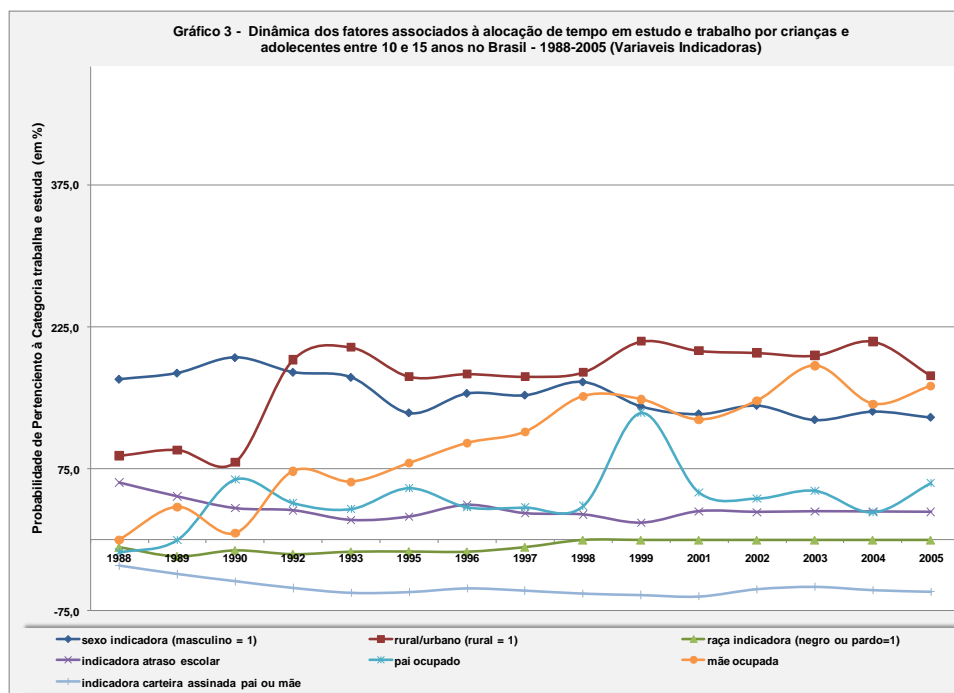
Fonte: FIBGE, PNAD. 1988-2005.

Os resultados apontam que 3 variáveis se destacam em termos de efeitos positivos sobre as probabilidades de pertencimento à categoria apenas trabalha: o nº de pessoas entre 15 e 24 anos na família, o nº de pessoas entre 0 e 6 anos e o LN da renda per capita. Desta maneira observa-se que a composição familiar, colocada em termos da composição etária da fratria, tem efeito muito alto sobre as chances de alocação de tempo em apenas trabalho, pela existência de um maior número de irmãos entre 0 e 6 anos ou entre 15 e 24 anos. Observa-se que a composição do núcleo familiar, em termos da faixa etária dos irmãos, é muito importante para explicar a alocação de tempo exclusivamente em atividades produtivas. Assim, apresentam-se fortes evidências de que o pressuposto da economia domiciliar, de homogeneidade na distribuição dos recursos (no caso, educacionais) não é sustentável, ou é pouco relevante, quando se controla pela composição da fratria por faixas etárias. Não obstante, é também evidência empírica de uma possível “especialização de papéis” na família, reafirmado achados demonstrados em outras pesquisas internacionais, como colocado por Patrinos e Psacharopoulos (1997) Ilahi (2001) e Levison (1991) – a chance de que indivíduos entre 10 e 15 anos exerçam papéis produtivos é muito maior quando existem no domicílio irmãos ainda muito novos para exercerem este tipo de papel ou irmãos mais velhos – que tem grandes chances também de exercerem papéis produtivos. O efeito da renda apresenta comportamento oposto ao que poderia ser postulado pelos modelos de

economia domiciliar, com efeito positivo (apesar de não observada significância estatística para todos os anos de análise). Este resultado indica que, controlando-se pelas demais variáveis incluídas na estimação, quanto maior a renda, maior a chance de alocação de tempo na categoria apenas trabalha, o que não deixa de ser um resultado que surpreende.

Outras variáveis incluídas na estimação apresentaram efeito negativo sobre a alocação de tempo em apenas trabalho. Entre estas, destaca-se, em primeiro lugar, a dinâmica observada para os indicadores de escolaridade do pai e entrada no mercado de trabalho do pai e da mãe. No início do período de análise, no qual é mais representativa a categoria apenas trabalha em relação ao total da amostra, a escolaridade do pai (expressa pelo número de anos de estudo) é a principal variável contínua que diminui as chances de pertencimento à categoria apenas trabalho. Apesar de apresentar uma variabilidade baixa no efeito (para todos os anos, entre 10 e 20%) ao longo do período, diminui seu nível de associação com a categoria apenas trabalha na medida em que diminui significativamente a representatividade desta categoria na população recortada para a análise. A idade de entrada do pai no mercado de trabalho apresenta dinâmica bem distinta – o efeito negativo é menor do que o observado para a escolaridade do pai. A idade de entrada da mãe no mercado de trabalho apresenta comportamento menos heterogêneo para os anos de análise – é estatisticamente significativo para todos os anos em que é investigada.

Os resultados demonstram diferenças significativas na evolução das categorias de alocação de tempo estudo e trabalho e apenas trabalho. Além do movimento substancial de concentração das crianças e adolescentes que trabalham na categoria de alocação que conjuga estas atividades com o estudo, a análise através dos modelos de regressão multinomial vem reafirmar esta tendência, de diferenças em termos de associação dos indicadores utilizados na estimação com relação aos fatores associados à categoria apenas trabalha. O gráfico 3 aponta o efeito das variáveis categóricas (ou indicadoras) utilizadas na estimação do modelo sobre as probabilidades de pertencimento à categoria trabalha e estuda:



Fonte: FIBGE, PNAD. 1988-2005.

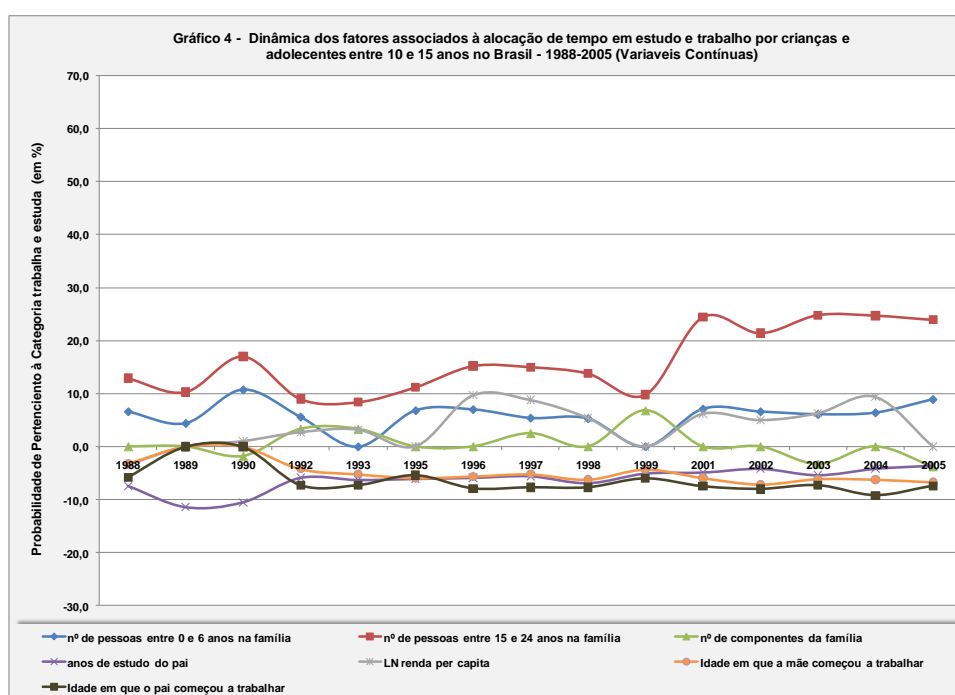
O gráfico mostra um cenário diferente na dinâmica dos fatores associados do que o observado para a associação à categoria apenas trabalha. No caso da dinâmica dos fatores associados à categoria estuda e trabalha, tem-se uma associação muito mais baixa ao atraso escolar – que também apresenta efeito positivo e significativo em todos os anos analisados, ou seja, a conjugação entre estudo e trabalho está associada ao atraso escolar, mas muito aquém do observado para a categoria apenas trabalha. O efeito do indicador de atraso escolar é decrescente até fins da década de 90, e a partir de então estabiliza-se. O sexo e a localização geográfica do domicílio, também apresentam forte associação com a conjugação entre estudo e trabalho. Ao longo do período analisado estão associadas significativamente em todos os anos – com efeito positivo – e sempre entre as variáveis de maior efeito. A conjugação entre estudo e trabalho é também uma característica do trabalho de crianças e adolescentes no meio rural, o que vem a confirmar que a expansão do sistema educacional também chegou a esta população-alvo. No entanto a tendência mais constante de associação com a conjugação entre estudo e trabalho apresentada pelo indicador de localização geográfica do domicílio a partir do ano 2000 pode apontar que talvez atingiu-se o limite do efeito da expansão educacional sobre o trabalho para esta faixa etária. O sexo também apresenta efeito decrescente, apontando que, de 1988 a 2005, o mercado de trabalho vêm crescentemente absorvendo as meninas, em uma tendência mais

marcante para a associação com a conjugação entre estudo e trabalho do que o observado para a categoria apenas estuda.

Com relação à mãe ocupada na semana de referência, observa-se efeito muito maior para aqueles que estudam e trabalham. O efeito do indicador de ocupação da mãe é muito mais marcante na associação com a categoria trabalha e estuda, ou seja, ter na família a mãe ocupada aumenta as chances de conjugação entre estudo e trabalho, principalmente a partir de 1992. A partir de então o efeito deste indicador apresenta tendência crescente e atinge seus maiores níveis ao fim do período analisado. Outra importante diferença com relação à probabilidade de pertencimento à categoria apenas trabalha aparece no comportamento do indicador de ocupação do pai, que está positivamente associado ao pertencimento à categoria estuda e trabalha. Assim, demonstra-se que a situação ocupacional dos pais é um importante preditor da alocação de tempo dos jovens em atividades produtivas e a ausência de ocupação dos pais não está associada ao trabalho dos jovens. Ocorre, de fato, exatamente o contrário, especialmente no caso da conjugação entre estudo e trabalho: pais ocupados – especialmente a mãe ocupada – aumentam as chances de trabalho dos filhos, e de forma mais marcante no caso das probabilidades de pertencimento à categoria estudo e trabalho. A existência de vínculo de trabalho formal dos pais, por sua vez, apresenta comportamento muito similar ao observado para o pertencimento à categoria apenas trabalha, constituindo-se na principal variável com efeito de pertencimento negativo à categoria conjugação entre trabalho e estudo durante todo o período de análise, com efeito crescente até meados da década, quando passa a apresentar efeito mais constante.

O comportamento dos indicadores da situação do pai e da mãe demonstra como a variação nestes fatores está associada à alocação de tempo em atividades produtivas – para as duas categorias analisadas, pais e mães ocupados aumentam as chances de pertencimento às categorias estuda e trabalha e apenas estuda, e a existência de vínculo formal de trabalho diminui as chances de pertencimento a estas categorias em relação ao pertencimento à categoria apenas estuda. No entanto o nível de associação destes indicadores difere entre as duas categorias: os pais ocupados na semana de referência estão mais associados à conjugação entre estudo e trabalho do que à categoria apenas trabalha, e a existência de vínculo de trabalho formal diminui as probabilidades de pertencimento de maneira similar para ambas as categorias. A variável raça, que apresenta efeito negativo e significativo (apesar de bastante baixo) nos primeiros anos de análise e, a partir de fins da década de 90 passa a não apresentar efeito estatisticamente significativo para o pertencimento à categoria conjugação entre estudo e trabalho, em uma tendência que consolida-se até o fim do período.

A análise do efeito das variáveis indicadoras em relação ao pertencimento à categoria estudo e trabalho reafirma a idéia de que é diferente o nível de associação dos indicadores selecionados para a estimação do modelo no que diz respeito às categorias de alocação de tempo conjugação entre estudo e trabalho e apenas trabalho. Os resultados que se seguem demonstram se o mesmo se observa para o comportamento das variáveis contínuas utilizadas. O gráfico 4 apresenta estes resultados, apontando a dinâmica das variáveis contínuas em termos de probabilidades de pertencimento à categoria conjugação entre estudo e trabalho:



Fonte: FIBGE, PNAD. 1988-2005.

Observa-se que a principal variável com efeito positivo para o pertencimento à categoria estuda e trabalha é o número de irmãos entre 15 e 24 anos – o efeito desta variável é alto porém abaixo do observado com relação à categoria apenas trabalha. O número de pessoas entre 0 e 6 anos na família também aparece como relevante entre os fatores associados à conjugação entre estudo e trabalho na faixa etária entre 10 e 15 anos – apesar de não apresentar significância estatística para todos os anos de análise. O indicador de rendimento familiar per capita (LN renda per capita) não apresenta significância estatística para todos os anos e quando isto acontece, apresenta efeito positivo para o pertencimento à categoria estudo e trabalho. O efeito do LN renda per capita apresenta tendência menos clara para conjugação entre estudo e trabalho do que para apenas trabalha, sugerindo que o nível de rendimento distingue de forma menos clara aqueles que estudam em relação aos que conjugam estudo e trabalho, do que os que estudam daqueles que apenas trabalham.

Estes resultados nos remetem aos estudos de Barros e Mendonça (1990) e Barros, Mendonça e Velazco (1994), que problematizam a idéia da preponderância do nível de rendimento das famílias como principal fator associado ao exercício de atividades produtivas por crianças e adolescentes. O comportamento deste indicador é especialmente irregular na associação à categoria estudo e trabalho, que concentra praticamente a totalidade de trabalhadores na faixa etária analisada nos dias de hoje.

Entre as variáveis referentes à herança geracional e à reprodução social, os três indicadores inseridos na estimação do modelo – idade de entrada da mãe no mercado de trabalho, idade de entrada do pai no mercado de trabalho e escolaridade do pai - apresentam significância estatística para todos os anos em que estão disponíveis⁵. Com relação à idade de entrada do pai no mercado de trabalho, além de se consolidar enquanto variável significativa para todos os anos de análise, passa a ser o mais importante indicador contínuo de efeito negativo ao fim do período. A idade de entrada da mãe no mercado de trabalho está associada, em todos os anos, ao pertencimento às duas categorias de alocação de tempo que envolvem exercício de atividades produtivas, e assume posição proeminente – junto à idade de entrada do pai no mercado de trabalho – como fator associado negativamente à conjugação entre estudo e trabalho desde 2001. Tais evidências dialogam diretamente com as evidências encontradas por Emerson e Souza (2003), que afirmam a persistência intergeracional do fenômeno mesmo controlando-se pela renda e pelo nível de escolaridade dos pais. Os achados deste estudo avançam no sentido de reafirmar esta hipótese, acrescentando evidências de que a associação entre a idade de entrada dos pais e dos filhos no mercado se sustenta temporalmente no Brasil, controlando-se por estes mesmos fatores, e que estes indicadores assumem papel cada vez mais proeminente na medida em que observa-se predominância de indivíduos que conjugam estudo e trabalho no total de crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos que exercem atividades produtivas. Os dados apresentados também demonstram que a associação com a escolaridade do pai é maior para a categoria apenas trabalha do que para a categoria trabalha e estuda.

O período analisado demonstra como vêm regredindo a proporção de crianças e adolescentes engajados no mercado de trabalho desde fins da década de 1980. Não apenas é observável a diminuição na frequência deste fenômeno como é observável também o avanço da cobertura do sistema educacional, e o impacto destes dois processos no perfil do trabalho destes jovens, que passa a ser prioritariamente conjugado ao estudo. Mas também foi possíveis observar como são diversos os fatores e a intensidade de sua associação às categorias delimitadas de alocação de tempo que envolvam exercício de

⁵ As PNADs de 1989 e 1990 não contém questões que investigam a idade de entrada no mercado de trabalho

atividades produtivas no recorte populacional analisado. Desta forma consolida-se a compreensão de que trata-se de um fenômeno em transformação no Brasil e que as políticas públicas que visem intervir nesta questão têm de ser sensíveis a esta dinâmica – não apenas responderem à necessidade de aferimento de rendimentos pela família mas intervirem nos mecanismos de transmissão intergeracional do trabalho precoce, na escolaridade dos pais, na situação destes com relação ao mercado de trabalho, entre outros fatores apontados ao longo do trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados no trabalho mostram como são distintos os efeitos dos indicadores selecionados sobre a alocação de tempo nas duas categorias que envolvem exercício de atividades produtivas: estudo e trabalho e apenas trabalho. Tendo em vista que também fica evidente um movimento de crescente predominância da conjugação entre estudo e trabalho pelos jovens entre 10 e 15 anos que trabalham ao longo do período analisado, a análise proposta sugere indícios a respeito de *onde viemos* (a dinâmica dos fatores associados à alocação de tempo exclusiva em atividades produtivas) e *para onde estamos indo* (a dinâmica dos fatores associados à conjugação entre estudo e trabalho) em termos do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.

No que diz respeito à composição familiar, sai fortalecido o argumento de que é extremamente relevante o cenário configurado pelo entrecruzamento da posição dos diversos membros da família em seus cursos de vida para a determinação da alocação de tempo. Demonstra-se muito menos importante a associação entre a variação no número de componentes da família e a variação na variável dependente considerada, o que problematiza seriamente a idéia de homogeneidade da distribuição dos recursos disponíveis à família entre seus membros, uma vez que a composição etária da fratria demonstrou-se fator muito mais relevante para as probabilidades de pertencimento às categorias de alocação de tempo que envolvem trabalho quando comparadas ao efeito do número de componentes da família.

Não obstante, o impacto dos macro-processos sociais descritos – no sistema educacional e no mercado de trabalho brasileiros – é extremamente relevante sobre a alocação de tempo das crianças e adolescentes. A expansão da cobertura do sistema educacional contribuiu para o aumento significativo da proporção de crianças que alocam seu tempo em atividades educacionais (diminuindo, por conseguinte, a concentração nas categorias que excluem estas atividades). Quanto às transformações no mercado de trabalho, se por um lado, o trabalho dos filhos não está associado à ausência de trabalho dos pais – o que ocorre é o

oposto, especialmente para a ocupação da mãe – por outro lado, a existência de vínculo formal de trabalho dos pais diminui as chances de trabalho dos filhos. Com isso, os resultados sugerem associação entre a informalidade no trabalho dos pais e o exercício de atividades de trabalho pelos filhos.

As verificações apresentadas também nos fazem refletir especialmente sobre o potencial explicativo das teorias que assumem a racionalidade utilitarista como pressuposto que orienta a decisão familiar de utilização de mão de obra dos jovens. Vimos que existem outros fatores associados a esta decisão que ultrapassam uma idéia de racionalidade utilitária e instrumental a respeito dos termos em que é tomada a decisão familiar sobre a alocação de tempo dos filhos em atividades produtivas. A herança intergeracional, seja de um histórico familiar de investimentos mais amplos em capital humano, seja de um histórico de entrada precoce no mercado de trabalho, tem amplas repercussões sobre o trabalho das crianças e adolescentes, mesmo controlando-se pelo nível de rendimento – ou seja, mesmo em famílias com os mesmos níveis de rendimento, existem aquelas com maior e menor predisposição à inclusão dos jovens no mercado de trabalho, dependendo de outros fatores e características da família, como demonstrado nos resultados.

Com relação aos parâmetros estimados para o efeito da variável representativa do nível de rendimento familiar (LN renda per capita), os resultados surpreendem, mas são ainda pouco conclusivos. Observou-se efeito positivo da renda sobre as chances de alocação exclusiva em atividades produtivas e efeito irregular deste indicador sobre as chances de conjugação entre estudo e trabalho. Neste sentido, outras possibilidades de mensuração da renda familiar devem ser testadas – como a renda per capita familiar excluindo-se transferências governamentais, ou a renda per capita com base exclusivamente em rendimentos do trabalho – para que se obtenha um conjunto maior de evidências sobre os impactos da renda familiar sobre as probabilidades de alocação de tempo dos membros mais jovens.

O trabalho de crianças e adolescentes no Brasil é um fenômeno em claro processo de transformação. De fato o país tem avançado bastante no tratamento desta questão desde fins da década de 80, com a progressiva diminuição no percentual de adolescentes que apenas trabalham, e a diminuição da proporção de trabalhadores na faixa etária entre 10 e 15 anos. Mesmo assim, as mudanças no perfil do fenômeno implicam em conhecer de forma mais detalhada as mudanças nos diversos fatores associados a ele, uma vez que a intervenção através de políticas públicas deve incidir sobre estes fatores para possamos continuar avançando no tratamento desta questão.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, R.; MENDONÇA, R. *Determinantes da Participação de Menores na Força de Trabalho*. IPEA. Texto para Discussão n. 200. Rio de Janeiro. 1990.
- BARROS, R.; MENDONÇA, R.; VELAZCO, T. *Is Poverty the Main Cause of Child Work in Urban Brazil?* IPEA. Texto para Discussão n. 351. Rio de Janeiro. 1994.
- BASU, K. *Child Labor: Cause, Consequence and Cure, with Remarks on International Labor Standards*. In: Journal of Economic Literature. 37. 3. 1083-1119. 1999.
- BASU, K.; VAN, P.H. *The Economics of Child Labor*. In: The American Economic Review. 88. 3. 412-427. 1998.
- BECKER, G.; *A Theory of the Allocation of Time*. In: Economic Journal. Vol. 75, nº 3. 1965
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CARDOSO, E.; SOUZA, A. *The Impact of Cash Transfers on Child Labor and School Attendance in Brazil*. Vanderbilt University. Working Paper n. 0407. Nashville. 2004.
- CHERNICHOVSKY, D. *Socioeconomic and Demographic Aspects of School Enrollment and Attendance in Rural Botswana*. In: Economic Development and Cultural Change. 32 (1). 319-332. 1985.
- CIGNO, A.; ROSATI, F.; TZANNATOS, Z.; *Child Labour, Nutrition and Education in Rural India: An Economic Analysis of Parental Choice and Policy Options*. World Bank Conference on Child Labour. Washington DC. 2000.
- CORSEUIL, C.H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. N. *Decisões Críticas em Idades Críticas: A Escolha dos Jovens entre Estudo e Trabalho no Brasil e em Outros Países da América Latina*. IPEA. Texto para Discussão n. 797. 2001.
- EMERSON, P. M.; SOUZA, A. P. *Is There a Child Labor Trap? Intergenerational Persistence of Child Labor in Brazil*. In: Economic Development and Cultural Change. 51. 2. 375-398. 2003.
- EVERITT, B. S.; SKRONDAL, A.; *The Cambridge Dictionary of Statistics*. Cambridge University Press. 2010.
- FARES, J.; RAJU, D. *Child Labor Across the Developing World: Patterns and Correlations*. World Bank. Policy Research Working Paper n. 4119. 2007.
- ILAHY, N. *Children's working and Schooling: Does Gender Matter? Evidence from the Peru LSMS Panel Data*. In: Policy Research report on Gender. World Bank. 2001.
- JENSEN, P.; NIELSEN, H. S. *Child Labour or School Attendance: Evidence from Zambia*. In: Journal of Population Economics. 10. 407-424. 1997.
- KASSOUF, A.L. *Trabalho Infantil*. In: LISBOA, M. B.; MENEZES-FILHO, N. A. (orgs.) Microeconomia e Sociedade no Brasil. 2001.
- KASSOUF, A.L. *O Efeito do Trabalho Infantil para os Rendimentos dos Jovens: Controlando o Background Familiar*. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. 2002.
- LEVISON, D. *Children's Labor Force Activity and Schooling in Brazil*. PhD. Dissertation. University of Michigan. 1991.
- MARQUES, W.U. *Infâncias (Pré) Ocupadas. Trabalho Infantil, Família e Identidade*. Ed. Plano. Brasília. 2001.
- MAGALHÃES, M.; *O Trabalho Infantil – Aplicação do Modelo Multinomial*. Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Porto. 2005. mimeo.
- OIT. *Convenção n. 138. Sobre Idade Mínima de Admissão em Emprego* Genebra, 1973. Disponível em www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_138.pdf

OIT. *Convenção n. 182. Convenção sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.* Genebra, 1999. Disponível em www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_182.pdf

PASTORE, J.; VALLE SILVA, N. *Mobilidade Social no Brasil.* Makron Books. São Paulo. 2000.

PASTORE, J.; PAGOTTO, Z.; ZYLBERSTAJN, H. *A Mulher e o Menor na Força de Trabalho.* 1985.

PATRINOS, H. A.; PSACHAROPOULOS, G. *Educational Performance and Child Labor in Paraguay.* In: *Journal of Educational Performance.* vol. 15. 47-60. 1995.

PATRINOS, H. A.; PSACHAROPOULOS, G. *Family size, Schooling and Child Labor in Peru -An Empirical Analysis.* In: *Journal of Population Economics.* Vol. 10. 387-405. 1997.

SEBER, G. A. F.; WILD, C. J.; *Nonlinear Regression.* Wiley-Interscience. Auckland. 2003.